

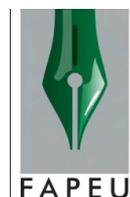
**Projeto Parques e Fauna:
Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse
Ecológico Costeira de Zimbros**

Instituição Financiadora:

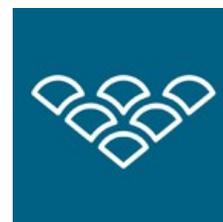


DIAGNÓSTICO HISTÓRICO-CULTURAL (IMATERIAL)

Execução:



Participação:



EQUIPE TÉCNICA

Coordenação

Ana Lídia Campos Brizola
Cientista Social e Mestre em Psicologia Social/UFSC

Pesquisadores

Angelo Renato Biléssimo
Historiador e Mestre em História de Santa Catarina/UFSC

Cristina Castellano
*Master em Museologia e Gestão do Patrimônio Cultural
Mestre em Ciências da Linguagem/UNISUL*

Maria Madalena Velho do Amaral
Mestre em Arqueologia/UFSC

Consultoria

Teresa Domitila Fossari
Arqueóloga e Dra. em Geografia

Estagiários

Beatriz Regina Mendes
Graduanda em História/UFSC

Lucas Bond Reis
Graduando em Museologia/UFSC

Execução

Laboratório de Arqueologia (LAR)
Laboratório de Etnologia das Migrações (LEM)
Divisão de Museologia
*Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues
Cabral - MARquE
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC*

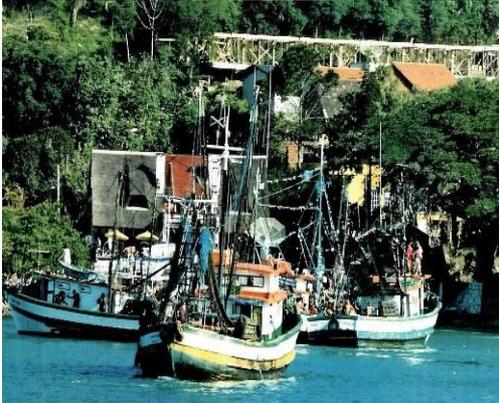


Esque muito contente
de Dona Lúcia
na mesa do açúcar,
junto à minha madrinha
fui logo companheira.

Pela mesa do bordado
fazê glória do milo,
Não podemos esquecer
Esquecer que esquece pra frente
Lembramos cada mulher para esquecer.

O fado espargiu com fado e água
raiz em direção as cômodas,
as aulas foi bento,
fêz de a Deus muito puto
para os pescadores pediram comer.

Tu me fêz de jentovita
apresentando a minha mãe nova,
fôz ela de muito valor
que os seus filhos
são todos pescador.



Sumário

1. INTRODUÇÃO E QUADRO CONCEITUAL.....	2
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	7
3. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA REGIÃO DE BOMBINHAS NOS PERÍODOS COLONIAL E PÓS-COLONIAL.....	8
4. O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	11
<i>4.1 O Patrimônio Cultural Imaterial identificado em Bombinhas.....</i>	<i>12</i>
4.1.1 Celebrações.....	12
4.2.2 Formas de expressão.....	13
4.2.3 Lugares.....	14
4.2.4 Saberes.....	14
5. A PAISAGEM CULTURAL.....	17
6. RECOMENDAÇÕES AO PLANO DE MANEJO.....	18
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20

1. INTRODUÇÃO E QUADRO CONCEITUAL

O presente relatório foi elaborado com vistas a apresentar um Diagnóstico do Patrimônio Histórico-Cultural do município de Bombinhas, com vistas à elaboração do Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Costeira de Zimbros, em Bombinhas. Nesse sentido, o foco dos estudos está no bairro de Zimbros, onde se localiza a Unidade de Conservação.

Neste relatório apresentamos os resultados das atividades desenvolvidas pela do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARQUE/UFSC), através do Laboratório de Etnologia das Migrações, as quais, em síntese, dizem respeito à execução de trabalhos em gabinete (levantamento bibliográfico) e em campo (levantamento de informações orais e documentais).

Por tratar de patrimônio cultural, se procurou evitar fragmentações relativas aos distintos campos de produção de conhecimento, por exemplo, patrimônio histórico, patrimônio arquitetônico etc. , optando-se por sua contextualização em termos espaciais e temporais, uma vez que *"nos últimos anos (...), já se depreende que essas áreas se inter-relacionam e que, independentemente das suas respectivas categorias, todo o patrimônio se configura e se engendra mediante suas relações com a cultura e o meio"* (Pellegrini, 2006:3).

Concorrendo para a configuração de patrimônios de natureza imaterial, diversas manifestações culturais foram arroladas no município de Bombinhas, tendo como foco o bairro de Zimbros, sendo destacadas aquelas cujos indícios encontrados as configuram como mais significativas. Ressalta-se que a natureza aqui tratada não permite a identificação de patrimônios, entre práticas diversas, sem a realização de uma etnografia, ou *descrição densa* (Geertz, 1989), o que está além do escopo deste diagnóstico. A investigação, no entanto, permite identificar elementos e contextos que para eles apontam.

Conclui-se que a área que engloba a ARIE Costeira de Zimbros e seu entorno, considerada em seu conjunto - Unidade de Conservação, comunidade tradicional e patrimônio arqueológico, constitui uma paisagem cultural singular que requer ações específicas de salvaguarda.

A ARIE Costeira de Zimbros está inserida no extremo sul do município de Bombinhas, na divisa com o município de Porto Belo. Foi criada através do Decreto nº 418 de 20 de junho de 2001, caracterizando-se como unidade de conservação de uso sustentável, constituída por terras públicas e privadas distribuídas na Floresta Atlântica e Zona Costeira e com o objetivo de "proteger as características naturais extraordinárias dos ecossistemas continentais que abrigam exemplares raros da biota local e regional, com todos os recursos naturais associados e sua biodiversidade".

Bombinhas constitui o Corredor Ecológico Costa da Esmeralda, junto com outros seis municípios do litoral Centro-Norte de Santa Catarina, somando uma área de 568,9 km² de Mata Atlântica e abrigando 11 Unidades de Conservação. Farta em riquezas naturais e de uma beleza cênica exuberante, a região possui, portanto, forte apelo turístico, sustentado na paisagem natural marcada por morros, pontas e ilhas florestadas e água oceânicas verdes e cristalinas.



A Área de Relevante Interesse Ecológico Costeira de Zimbros era originalmente coberta por Floresta Ombrófila Densa da Mata Atlântica. A partir do século XVII passou por inúmeras e profundas transformações devido às atividades de cunho antrópico, como exploração direta de espécies vegetais e animais (extração de madeira e caça) e conversão integral de ecossistemas para lavouras e pastos, estando hoje em nítido processo de regeneração natural. No entorno da UC é encontrada uma área urbanizada. A pesca e o cultivo de mariscos presentes no bairro em que se insere, Zimbros, são atividades que constituem um nicho de conhecimento tradicional sobre o local. O bairro abriga também atividades turísticas, desenvolvidas basicamente durante as temporadas de verão. A área de estudo possui praias de águas calmas (do Cardoso, da Lagoa, Vermelha e Triste), costões rochosos propícios à pesca esportiva e paisagens atraentes para o exercício de trilhas ecológicas.

Este ambiente abrigou ocupações humanas diversas, com distintos marcadores espaciais, como pode ser observado através de vestígios arqueológicos, do período colonial e de comunidades tradicionais que ali permanecem, além de outras mais recentes.

A cultura material pode ser vista, segundo Meneses (1983), como o segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem, ou seja, ele intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais.

No âmbito da Arqueologia, a cultura material é analisada enquanto registro arqueológico, ou seja, os “restos materiais de atividades culturais, concentrados nos espaços de antigos assentamentos e os locais onde estas atividades se desenvolveram tecnicamente” e que “apresenta-se numa paisagem contemporânea sob a forma de sítios arqueológicos” (Fossari, 2005)

Deste modo, pode-se dizer que o Patrimônio Arqueológico é constituído “por coisas físicas, restos materiais de atividade cultural e seu contexto” (Meneses, 1992), sendo o objetivo da Arqueologia, enquanto ciência, compreender o comportamento humano de populações pretéritas a partir da análise da sua cultura material.

Os sítios arqueológicos pré-coloniais registrados no litoral catarinense remetem a um período que se iniciou, possivelmente, há mais de 4.000 anos a.C. com a chegada dos primeiros povoadores da área. As marcas das vivências desses pioneiros identificados como caçadores-coletores estão inseridas na paisagem contemporânea sob forma de sambaqui.

Estes podem ser identificados morfologicamente, isto é, em termos das características que apresentam aos olhos dos seus observadores, por exemplo, em forma de elevação, dentro de grutas, com evidências arqueológicas dispersas sobre superfícies ou em profundidade. Deste modo, ao se falar aqui de sambaquis, sítios rasos a céu aberto, abrigos sob rochas, oficinas líticas e inscrições rupestres está se referindo a categorias gerais de sítios pré-coloniais. São as evidências da cultura material neles encontrados que podem indicar suas funções: como locais de moradias (aldeias onde se deram atividades cotidianas e rituais) e/ou áreas de trabalhos específicas.

Já os sítios arqueológicos do período colonial e pós-colonial, morfologicamente, podem ser identificados como edificações arquitetônicas que se apresentam isoladamente ou formando conjuntos. De acordo com as funções que desempenharam no passado, estas edificações podem ser classificadas em arquitetura oficial, militar, religiosa ou civil.

Como destacava Santos (1997:88), *“Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico”*. É nesse sentido que as evidências do trabalho humano passam a constituir bens de interesse coletivo, possibilitando compreender o processo de transformação da paisagem sob a ação de diferentes grupos ao longo do tempo.

A preservação do patrimônio cultural no Brasil tomou corpo na década de 1930, com a organização do que viria ser o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Por cerca de 50 anos, no entanto, apenas o caráter material do patrimônio nacional foi contemplado e, neste âmbito, somente aquele *“cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor [grifos nossos] arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”*. (Decreto no. 25, 1937)

Na década de 1980, uma concepção mais ampla de patrimônio, de orientação antropológica, ganha força e lugar no plano das políticas públicas, que passam a reconhecer a pluralidade cultural do país e a contemplar a preservação de valores simbólicos na constituição de identidades coletivas. Esta se consolida na Constituição Federal de 1988, que assim define o patrimônio cultural brasileiro no art. 216:

“bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, objetos, documentos, edificações e V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.”¹

Observa-se então, uma ampliação do conceito de patrimônio que vai da esfera dos grupos hegemônicos às culturas populares, da dimensão material ao intangível, de um passado longínquo ao ainda recente. Tratam-se agora, mas apenas de técnicas e produtos mas de processos e relações sociais.

A questão fundamental nessa expansão, ao passar dos objetos às ideias, é o deslocamento do foco para os produtores dos bens culturais. Ao trabalhar com a noção de "referência à identidade", ou referência cultural, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido. Trata-se de enfatizar a existência de universos simbólicos compartilhados, que possibilitam a comunicação e coesão entre sujeitos e o processo de produção e reprodução de um determinado grupo social. (Londres, 2006).

Em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, define esta categoria como patrimônio que se transmite de geração em geração e é constantemente recriado pelos grupos *“em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo para a promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”* (UNESCO, 2003).

¹ Mas é somente no final da década de 1990 que vemos ações mais efetivas no sentido de discutir estratégias e formas de proteção ao patrimônio imaterial. Em agosto de 2000, o Decreto nº 3.551 instituiu “o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro” e criou “o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”. Quatro anos depois, em 2004, o Decreto nº 5.040 criou o Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan (DPI).

As manifestações presentes no campo do patrimônio imaterial são, portanto, reconhecidamente dinâmicas e historicamente condicionadas, há que se ressaltar, no entanto, como Cunha (2005:15), que *“suas condições de reprodução dependem, entre outras coisas, de acesso a território e a recursos naturais”*.

De acordo com a Convenção, cabe a cada Estado Parte adotar as medidas necessárias para garantir a salvaguarda do patrimônio imaterial presente em seu território, devendo se empenhar no sentido de assegurar o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial, entre outras coisas, através do *“fortalecimento de capacidades em matéria de salvaguarda e, especialmente, de gestão e de pesquisa científica”*.

O documento orienta, ainda, que se deverá *“promover a educação para a proteção dos espaços naturais e lugares de memória, cuja existência é indispensável para que o patrimônio cultural imaterial possa se expressar” e “assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá-los ativamente à gestão do mesmo”*.

A política de salvaguarda definida e executada pelo IPHAN está em conformidade com as orientações da UNESCO, tendo claramente incorporado a noção de referência cultural:

“Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar.” (IPHAN, 2000, p. 29)

A partir disso, era preciso assumir, segundo o próprio IPHAN (2006), *“que a atribuição de valor patrimonial a objetos e ações não é prerrogativa exclusiva do Estado e de seus representantes. Antes disso, precisa envolver os sujeitos que mantêm e produzem bens culturais”*. Assim, entre os princípios norteadores da política de salvaguarda desenvolvida pela instituição, estão:

- a participação da sociedade e, particularmente, dos grupos interessados, na formulação e implementação das ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e
- a articulação com outras políticas públicas de modo a viabilizar a sustentabilidade das condições ambientais e sociais de produção, reprodução e transmissão dos bens culturais imateriais.

Três instrumentos básicos de salvaguarda estão voltados aos bens culturais imateriais: os mapeamentos e inventários de referências culturais; o Registro, conforme formalizado no Decreto 3.551/2000; os planos e ações de salvaguarda. Ou seja, o registro de um bem deve ter por base um processo de inventário e, como consequência, a formulação e implementação de um plano de salvaguarda². O registro é uma forma de reconhecimento e valorização desses bens, sendo visto como um instrumento legal. Registram-se **saberes e celebrações, formas de expressão e os lugares**, ou espaços onde essas práticas se desenvolvem (IPHAN, 2006b, p. 22).

Pensar o patrimônio cultural, implica, portanto, tratar das **paisagens culturais** resultantes das relações entre homem e o ambiente. O conceito de paisagem cultural foi instituído pela UNESCO em Convenção de 1972, visando o reconhecimento de porções dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular.

Nesse contexto, as paisagens culturais são entendidas como bens culturais que representariam *“as obras conjugadas do homem e da natureza”* e os *“locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”*, ilustrando a

² Em Santa Catarina, 4 Inventários com base no INRC foram concluídos (Sertão de Valongo, Quilombo São Roque, Quilombo Invernada dos Negros, Referências de base Luso-Açoreana no Litoral Catarinense) e 1 encontra-se em andamento (Comunidade Mbyá-Guarani). Nenhum deles se encontra atualmente em Lista dos Bens Registrados.

evolução e consolidação da sociedade humana ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes ambientais, sociais, econômicos e culturais, externas e internas. (UNESCO, 1972)

A Convenção Européia da Paisagem, realizada em 2000, se distingue da concepção da UNESCO, primeiramente, por ter abrangência apenas regional e não internacional. Além disso, ela estabelece normas de proteção e gestão de todas as formas de paisagens, "*em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana*", e incentiva a participação dos cidadãos nas decisões sobre as políticas relativas às paisagens nas quais vivem, já que a paisagem deve ser compreendida "*tal como é apreendida pelas populações*".

Meneses (2002) alerta sobre os inconvenientes de se reconhecer uma paisagem como patrimônio cultural pela sua "monumentalização", transformando em fetiches elementos que a compõem. Nesse sentido, recupera as discussões em torno das tentativas de superação de tais concepções e destaca a introdução da categoria de paisagem cultural não só como obra combinada da natureza e do homem mas também "... dos valores e funções a ela associados, assim como os vínculos afetivos, que passaram a ser um dos referenciais decisivos para o reconhecimento de um 'valor universal excepcional'."

Em 2009, o IPHAN criou um instrumento nacional de reconhecimento das **paisagens culturais brasileiras** denominado "chancela" (Portaria nº 127/2009), com fundamento na Constituição brasileira, artigo 216, que em seu parágrafo 1º, como vimos, determina que "*o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação*".

Conforme definido na referida Portaria, a paisagem cultural brasileira é uma "*porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores*".

Vale destacar que a chancela implica o estabelecimento de um pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando à gestão compartilhada das porções do território nacional assim reconhecidas. O objetivo da chancela é contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes. Ela complementa o arcabouço legal utilizado pelo IPHAN para a preservação do patrimônio cultural e não exclui a possibilidade de aplicação do tombamento, do registro ou de qualquer outro instrumento de proteção do patrimônio.

A presença de comunidade tradicional de pescadores na ARIE costeira de Zimbros e entorno traz outros elementos para a consideração da paisagem cultural em que esta se insere.

Em 2007, foi instituída a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (Decreto 6040/2007), que assim define, Povos e Comunidades Tradicionais:

"grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

A Política, cuja coordenação e implementação fica a cargo da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, tem entre seus os objetivos:

- I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
- II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- III - implantar infraestrutura adequada às realidades sócio culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;

IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

Cunha (2001), discutindo a amplitude do conceito de populações tradicionais, propõe uma definição a partir do que estas apresentam em comum:

"O que todos esses grupos possuem em comum é o fato de que tiveram pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram".

A autora discute, ainda, as mudanças culturais a que estão sujeitas as populações tradicionais a partir da articulação com a economia de mercado já que estas não mais se encontram na periferia do sistema mundial. Considerando não só a mobilidade temporal das populações mas, também, do mercado com que se relacionam, chama a atenção para o fato de que as mesmas deixaram de ser meras fornecedoras de matérias primas, passando a participar da economia da informação por meio do valor agregado ao conhecimento local.

Nesse sentido, as populações tradicionais tornam-se não apenas relevantes na conservação de recursos naturais mas passam a constituir elemento de interesse por parte de setores culturais e econômicos.

A integração das populações tradicionais à gestão de Unidades de Conservação potencializa tanto as condições de preservação de recursos naturais e produção de conhecimento novo como contribuem para a educação patrimonial e desenvolvimento econômico sustentável das comunidades.

Em cenários como esse, o turismo de base cultural pode congrega também outros interesses. Dadas as condições, o turismo pode ser um importante aliado para a manutenção e valorização da diversidade, na medida em que tem potencial para fornecer alternativas de sobrevivência dentro de balizas culturais, sem implicar o abandono de modos de vida tradicionais. Ao valorizar o caminhar histórico-cultural de uma comunidade, é possível elaborar produtos turísticos que necessitem da manutenção daquele modo de vida para existir e ser ofertado, contribuindo para a reiteração de ambos no tempo.

Agregando as questões históricas e culturais a projetos turísticos, diminuem as possibilidades de resultados predatórios, posto que as atividades dependem da sobrevivência daquela configuração para reiterar-se no tempo. Para Lima e von Simson:

"Por meio do turismo cultural, o patrimônio tem mais condição de se tornar um recurso renovável, pois a atividade turística pressupõe o deslocamento de pessoas para apreciar a cultura de outras localidades e viajar para experimentar, o que permite ao longo do tempo, uma intensificação da economia local pela maior valorização dos bens culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis, mas sempre sob uma perspectiva sustentável. Assim, é necessário se pensar no turismo como um benefício ao patrimônio cultural e ao mesmo tempo levar em conta, os perigos de uma atividade turística descontrolada". (Lima e Simson, 2010, p. 524)

As políticas de desenvolvimento sustentável e a patrimonialização tem por objetivo a valorização e salvaguarda de territórios e do capital cultural que as comunidades tradicionais ensejam, mas ainda carecem de instrumentos efetivos para alcançar seus objetivos. Nesse sentido, a maior articulação com agentes locais, públicos, privados e setores da sociedade civil pode vir a suprir lacunas e apresentar soluções criativas para a gestão das paisagens culturais.

O patrimônio cultural pode ser protegido por legislação em três esferas: nacional, estadual e municipal. A proteção ao patrimônio cultural com relevância nacional é responsabilidade do IPHAN, enquanto em Santa Catarina, é atribuído à Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Na esfera municipal as Prefeituras são responsáveis pela formulação de políticas e programas locais, em consonância com as diretrizes nacionais.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Tendo por preocupação central reunir dados preliminares sobre o Patrimônio Cultural do Município de Bombinhas, foram conduzidas pesquisas qualitativas baseada em levantamento de dados primários e secundários. Os encaminhamentos se ativeram, em um primeiro momento, a pesquisas de gabinete, buscando uma revisão da literatura pertinente e fontes de dados secundários sobre o município de Bombinhas, mais especificamente sobre a sua formação histórica e patrimônio cultural. Esta primeira etapa orientou o levantamento de dados primários, que consistiu em uma série de entrevistas junto à atores relevantes no cenário cultural do município e história arqueológica.

Levantamento de dados secundários

Inicialmente, se buscou contextualizar o objeto de estudo a partir de duas perspectivas: discussão sobre patrimônio cultural e seus desdobramentos e histórico da ocupação da região/município. A revisão do estado da arte no campo do Patrimônio Cultural possibilitou optar pelas categorias de observação e análise, como cultura material, patrimônio imaterial e paisagem cultural, tendo em vista refletir sobre a configuração e gestão do patrimônio cultural em um determinado território.

O levantamento de dados sobre a história da ocupação humana buscou elementos na literatura arqueológica e histórica, tendo em vista contextualizar a formação do patrimônio cultural hoje encontrado. Este patrimônio é entendido aqui como uma construção histórica que tem início com as populações do período pré-colonial, sendo fortemente marcada pela colonização portuguesa e por dinâmicas diversas a partir do século XVIII.

O levantamento voltado à questão do patrimônio nos períodos colonial e pós-colonial utilizou fontes variadas, bibliográficas e documentais, acerca das manifestações culturais locais e seus referentes.

A pesquisa contou com o acervo da Biblioteca da Fundação de Cultura de Bombinhas, da Escola Básica Municipal Manoel José da Silva, do Instituto Boimamão, do Centro de Documentação do MARQUE/UFSC e com a produção acadêmica na área.

Para levantamento dos bens culturais do município já identificados foram consultados os cadastros de bens materiais e imateriais junto ao IPHAN, Fundação Catarinense de Cultura - FCC, os arquivos da Fundação Municipal de Cultura e Secretaria de Turismo de Bombinhas e, ainda, do Núcleo de Estudos Açorianos - NEA/UFSC.

O levantamento de dados primários

A partir do levantamento prévio da literatura acerca das manifestações culturais tradicionais de Porto Belo, foram realizadas entrevistas com representantes da Fundação Municipal de Cultura, Secretaria de Turismo do município, Instituto Boimamão, Casa do Turista, consistindo as mesmas em questionamentos acerca de manifestações culturais tradicionais (celebrações, formas de expressão, lugares e saberes) e sua permanência na atualidade. Foi abordada, ainda, a relação entre essas manifestações e o turismo na cidade, tendo em vista o impacto deste sobre a cultura e economia local.

Tratamento diferenciado foi dado à região de entorno da ARIE, onde se realizaram, além de entrevistas com representantes da Associação de pescadores e de maricultores, um grupo focal com empresários do setor turístico.

As informações levantadas nas entrevistas e no grupo suscitaram novas questões, levando-nos ao que chamaremos aqui de *ensaio etnográfico*. Ensaio porque uma etnografia implica uma convivência, uma observação participante da vida cotidiana, de práticas e relações entre os sujeitos, uma imersão, enfim, maior do que era possibilitado pelo escopo desta pesquisa. Assim, se buscou, através de presença mensal na localidade, entre os meses de outubro de janeiro a abril de 2012, contactar membros da comunidade, conhecer as moradias, algumas atividades cotidianas, participar de conversas em grupo. Nessas ocasiões, foram explorados os significados atribuídos às práticas, aos lugares, aos conhecimentos locais, aos antepassados, procurando nos aproximar ao que orientava Cardoso de Oliveira (2006): "*Olhar, ouvir, escrever*". Ou seja, a etnografia busca o que é dito e também o que não é verbalizado, o que se expressa em práticas diversas, nas relações, nas contradições, no entorno, aquilo que se encontra subjacente aos discursos.

As observações então feitas apontaram para a existência de um conjunto de representações, conhecimentos, práticas e lugares que podem constituir um patrimônio significativo na localidade. A sua afirmação, contudo, carece de recortes mais específicos e estudos mais aprofundados, pelas razões já apontadas.

3. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA REGIÃO DE BOMBINHAS NOS PERÍODOS COLONIAL E PÓS-COLONIAL

O território em que hoje se localiza Bombinhas registra o suceder de ocupações humanas de distintas origens. Trataremos agora de colocar em cena eventos que assinalaram os períodos colonial e pós-colonial, já anteriormente detalhados no histórico que abre os estudos do meio antrópico.

Durante a segunda metade do século XVII, surgem as primeiras tentativas bem sucedidas de uma povoação permanente e organizada na região das chamadas Terras de Sant'Anna, que compreendem grande parte do litoral do hoje estado de Santa Catarina. Empreendidas por vicentistas, consolidavam a presença portuguesa na região e proporcionavam um apoio às expedições ao sul do território e uma ligação consistente entre o continente de São Pedro e os grandes centros, inclusive o Rio de Janeiro. A primeira povoação a ser fundada foi Nossa Senhora das Graças do Rio de São Francisco, por Manoel Lourenço de Andrade no ano de 1645. Situada em uma ilha na parte norte da capitania, deu origem à cidade de São Francisco do Sul. Anos depois, em 1673, Francisco Dias Velho funda, na Ilha de Santa Catarina, a vila de Nossa Senhora do Desterro, que viria a ser o centro administrativo da região. Três anos depois, em 1673, Domingos Brito Peixoto fundava, cerca de 120 quilômetros ao sul da Ilha de Santa Catarina, em uma região de lagoas, dunas e restingas, Santo Antonio dos Anjos da Laguna, atual cidade de Laguna.

Essas primeiras ocupações do litoral garantiram à Coroa Portuguesa a posse efetiva da região, enquanto a questão do direito legal sobre as terras permaneceria ainda objeto de disputa entre as potências ibéricas. Dentro da estratégia portuguesa, desde a segunda metade do século XVIII foi incentivada a ocupação da região, parte do projeto colonial português. Além do incentivo oficial da Corte, o próprio processo de desenvolvimento resultou em um aumento populacional e uma diversificação econômica. Recebendo indivíduos provenientes de possessões portuguesas no Atlântico e no Índico, assim como do próprio Portugal Continental, a população passou de cerca de 10.000 pessoas em 1750³ para 23.000 em

³ AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Santa Catarina – Caixa 13 Documento 69. Mapa das Freguesias que tem a Ilha de Santa Catarina e seu continente, distinguindo os eclesiásticos, os militares, os civis e os casais das Ilhas. Desterro, 1750.

1797, incluindo mais de 5.000 cativos⁴, e alcançando mais de 150.000 habitantes em 1872, dos quais cerca de 15.000 ainda mantidos em regime de escravidão⁵.

Essa expansão do atual estado de Santa Catarina, baseada na produção agrícola, em especial a produção da farinha de mandioca, tinha como base a utilização da mão de obra cativa e outras formas de relações não capitalistas de trabalho, como a utilização de agregados e familiares. A região da então São Miguel – que ocupava o trecho de litoral que hoje representaria, aproximadamente, os municípios entre Balneário Camboriú e Biguaçu – produzia, na virada do século XVIII para o XIX, cerca de 10% da farinha de mandioca e do milho e 15% do arroz e do feijão de Santa Catarina.

Essa ocupação diversa deu origem a modos de vida desenvolvidos pelas populações locais e representou importante contribuição cultural à Santa Catarina. Com técnicas e conhecimentos locais herdados das populações indígenas, assim como das populações originárias da ocupação portuguesa, europeus e africanos, as pequenas comunidades que viriam a dar origem aos municípios do litoral norte mantinham intensa comunicação não só com os povoados vizinhos, mas também com paragens mais distantes, seja através do comércio executado a partir de Desterro ou pelo contato com embarcações que acabavam por atracar diretamente na região.

Já nos séculos XIX e XX novas ondas de imigração européia chegam à região, através do estabelecimento de colônias em diversas locais de Santa Catarina. Processo que se situa dentro das balizas racialistas que buscavam um branqueamento da população como estratégia de desenvolvimento, essas colônias deram origem a importantes centros no norte do estado, como Blumenau. Esses centros vão ter destacada importância, na segunda metade do século XX, na expansão do turismo nas cidades do litoral norte de Santa Catarina, entre as quais destaca-se Bombinhas.

Embora a ocupação colonial da atual região de Porto Belo/Bombinhas remeta aos primórdios da expansão europeia, os estudos sobre a região costumam atribuir grande importância ao estabelecimento da Colônia Nova Ericeira, instalada no início do século XIX na região. Realizada a partir de famílias oriundas de Ericeira, comunidade predominantemente pesqueira localizada cerca de 50 km ao norte de Lisboa, não parece ter logrado grande êxito em seus objetivos de melhor distribuir, no litoral da província, a população. Menos de duas décadas depois de instalada, o presidente da Província Feliciano Nunes Pires já relatava como fato consumado o fim da malograda iniciativa.

Não se pode também escurecer que as colonizações por conta do Estado, sobre gravosas, mal correspondem ao seu intuito [...] Exemplo temos na Colonia dos Ericeiros, que não custou pouco [...] nem huns nem outros se derão aos trabalhos para que se mandarão vir [...] Ainda que muito menos, e talvez com menos máos effeitos, isto acontece tambem com outros estrangeiros.⁶

As povoações do período colonial no Brasil, ao contrário do que muitas vezes se coloca, eram altamente dinâmicas, com migrações internas e contatos permanentes. Alvo de constantes iniciativas estatais, o desenvolvimento e a configuração demográfica eram preocupação permanente, em especial após a conjuntura mundial apontar para um inevitável declínio do sistema escravista.

Tais iniciativas muitas vezes não se desenvolviam como o planejado pelos poderes estatais, com as famílias ali assentadas logo abandonando o lugar em favor de povoações mais desenvolvidas. No litoral catarinense não parece ter sido diferente:

⁴AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387. Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, D. Antonio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referente a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. Desterro, 1797.

⁵ BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório da Diretoria Geral de Estatística, dirigido ao Ministro dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, por Jose Maria do Couto, diretor geral interino, em abril de 1873 [sobre 1872]. Rio de Janeiro, 1873.

⁶PIRES, Feliciano Nunes. Falla que o excelentíssimo presidente da provincia dirigio a assemblea legislativa provincial de Santa Catarina. Desterro: Typographia da Sociedade Patriótica, 1835. p. 7.

Em 1819 por ordem de El Rei D. João VI chegaram de Ericeira (Portugal) 101 pessoas de ambos os sexos; e a maior parte das quais, parece que só veio por vencer as diárias e vender os utensílios da lavoura e pesca que recebeu. Muitos a quem se deram essas casas [...] não se deram aos trabalhos, para que se mandaram vir, ou que se devia esperar, segundo as profissões que se supôs terem no seu país, tornaram-se quase todos, assim pode dizer-se, mascates e taverneiros, vendendo por preço diminuto as suas propriedades e até abandonando-as inteiramente.⁷

Tais dinâmicas acabam por originar comunidades que abarcam populações de diversas origens, criando manifestações e práticas culturais bastante complexas. Mais recentemente, em especial a partir da segunda metade do século XX, aprofunda-se movimentos que buscam referenciais “puros” de formação cultural. Títulos como de “a cidade mais alemã do Brasil” e “a décima ilha de Açores” são ostentados com orgulho por grande número de indivíduos, em manifestações que buscam invisibilizar a presença de populações diversas.

Não nos parece possível, assim, ligar manifestações específicas a origens comuns, embora aparentemente as manifestações mais antigas remetam ao ambiente multicultural – ainda que contra a vontade de seus governantes – do Império Português, que abarcava domínios espalhados por todos os continentes, além de permanentes modificações resultante da também permanente chegada de populações de origens diversas às cidades da região. É possível perceber, também, movimentos mais recentes de folclorização de determinadas práticas, processo que talvez tenha no boi-de-mamão seu símbolo principal, e que seleciona como importantes manifestações específicas, ainda que essa importante não se reflita, a princípio, nas escolhas das comunidades locais.

A comunidade de Zimbros está, assim, inserida nas dinâmicas da região litorânea de Santa Catarina, lugar de permanente migração e de inúmeras trocas que deram origem a manifestações e práticas diversas, reflexo da também diversa formação das populações que aqui residem.

Além do painel geral da região de Porto Belo/Bombinhas, não nos foi possível levantar dados específicos sobre os arranjos econômicos de períodos mais antigos na localidade. A atual Zimbros, assim como Bombinhas, não era considerada como unidade autônoma nos levantamentos e fundos documentais. A história do local se fia, assim, a partir da extrapolação de dados gerais da região, que já esteve ligada administrativamente a São Miguel, Tijucas e Porto Belo, antes da recente emancipação. Pode-se inferir, entretanto, a partir de sua localização geográfica e de informações constantes em relatos e em fontes bibliográficas, que a atual Zimbros dividia-se, comercialmente, entre as áreas de influência de Porto Belo – mais próxima administrativamente e por terra – e Tijucas, que encontra-se na mesma enseada e seria facilmente alcançada por mar. Embora dados mais pormenorizados exijam pesquisas mais aprofundadas, podemos supor que a população optava pela alternativa mais vantajosa em cada transação. Não podemos esquecer, ainda, que o pequeno comércio, além das opções econômicas, também respondia a questões de parentesco, prestígio e afinidade, sendo possivelmente mais acurado posicionar a atual Zimbros dentro das séries de redes de contato do litoral catarinense, que tinha Desterro como ponto central e a complexidade como característica principal.

O contínuo desenvolvimento da região deu origem, assim, a populações que receberam influências culturais diversas, à medida que novos indivíduos iam somando-se à população local. Ainda que hoje muitos procurem destacar a presença de determinadas populações em detrimento de outras origens, fica claro na variedade de técnicas e manifestações a diversidade que representa os modos de vida presentes na região. Dentro desses cenários multiculturais, algumas comunidades desenvolveram características bastante individuais, ainda que inseridas dentro de aspectos mais abrangentes da região. A busca de uma “origem” homogênea das manifestações pode, assim, contribuir para invisibilizar algumas práticas que não se encaixem em definições estabelecidas e construir manifestações folclorizadas que não representam as comunidades que ali vivem.

⁷ COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. *Obra completa*. Florianópolis: IHGSC, 2005. p. 231-232.

4. O PATRIMÔNIO CULTURAL

Para dar conta das imbricações que envolvem as diferentes facetas do **patrimônio cultural** de uma dada localidade é indispensável que os mesmos sejam contextualizados em termos das dimensões espaciais e temporais. Deste modo, **patrimônio material e patrimônio imaterial** serão apresentados associados ao seu tempo histórico: período pré-colonial, período colonial e pós-colonial (imperial e republicano).

Adotamos aqui a terminologia patrimônio "material" e "imaterial" destacando a ressalva que faz o IPHAN (2006):

“Não há dúvida de que as expressões patrimônio imaterial e bem cultural de natureza imaterial reforçam uma falsa dicotomia entre esses bens culturais vivos e o chamado patrimônio material. Por outro lado, contudo, com essa definição, delimita-se um conjunto de bens culturais que, apesar de estar intrinsecamente vinculado a uma cultura material, não vinha sendo reconhecido oficialmente como patrimônio nacional.”

Se, do ponto de vista conceitual, a distinção entre patrimônio material e imaterial é discutível, do ponto de vista da preservação essa distinção se mostra necessária. Isto porque o instituto do tombamento só pode ser aplicado a bens materiais, produtos da ação humana como edificações, e a sítios naturais, cuja permanência no tempo e no espaço transcende seu processo de produção.

Já no caso dos chamados bens culturais de natureza imaterial, cujo caráter é processual e dinâmico, sua manifestação à nossa percepção é inseparável da ação humana, e sua continuidade depende da existência e da atuação reiterada no tempo e no espaço. Nesse caso, segundo o IPHAN (2006), a preservação tem como foco não a conservação de eventuais suportes físicos do bem mas medidas de salvaguarda que viabilizem as condições de sua produção e reprodução, tais como: a documentação; a transmissão de conhecimentos e competências; o acesso às matérias primas; o fomento à produção e ao consumo; a sua valorização e difusão junto à sociedade; e, principalmente, esforços no sentido de que os detentores desses bens assumam a posição de protagonistas na preservação de seu patrimônio cultural.

As duas dimensões do patrimônio cultural, portanto, requerem diferentes estratégias de preservação, adequadas as suas especificidades. Essa adequação tem implicações sociais, políticas e culturais, atendendo à demanda por reconhecimento das “formas de expressão e dos modos de criar, fazer e viver” como patrimônio cultural brasileiro.

4.1 O Patrimônio Cultural Imaterial identificado em Bombinhas

A pesquisa realizada permite observar que diversas manifestações culturais encontradas em Bombinhas são compartilhadas com outras localidades do litoral catarinense, dada a sua origem comum, fundada na colonização portuguesa e também nas trocas culturais com populações autóctones ou de origem africana trazidas para a região. É comum, no entanto, que manifestações tradicionais sejam folclorizadas, trazendo-lhes visibilidade mas, também, engessando-as ou imprimindo-lhes características nem sempre correspondentes aos significados que assumem junto aos seus protagonistas. Nesse sentido, em alguns lugares, podem adquirir características de performances ocasionais, realizadas com fins econômicos e/ou voltadas ao entretenimento de turistas. Os mesmos devem ser percebidos aqui, portanto, na ótica do arrolamento, sendo necessário um processo de imersão no cotidiano dessas comunidades para a compreensão da relevância da presença dessas manifestações na atualidade e em diferentes contextos. Ao organizar as informações levantadas em diferentes fontes, subsidia-se iniciativas futuras de inventários e proteção de bens culturais.

Da antiga ocupação indígena, colonização portuguesa - continental e açoriana, além da presença de populações negras, forma-se a base cultural de Bombinhas. Os ranchos dos pescadores, com suas

canoas de um pau só, as festividades católicas, hábitos alimentares e folguedos diversos são o testemunho desse caminhar histórico.

Com o crescimento da cidade e transformações no modo de vida, sem a devida atenção à salvaguarda do patrimônio, as atividades e manifestações tradicionais tendem ao desaparecimento. Em Bombinhas podem ser encontradas ONG's, associações e outras instituições que lutam pela proteção desse legado histórico-cultural.

A seguir, apresentamos manifestações culturais encontradas na cidade de Bombinhas e, particularmente, na região de entorno da ARIE, sob as categorias orientadoras do IPHAN, que destacam os usos que se fazem do patrimônio e a sua relevância para a memória e identidade dos grupos.

Assim, na categoria **Celebrações**, estão os rituais e as festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento, do trabalho e de outras práticas da vida social. **Formas de Expressão** reúne as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. Em **Saberes**, encontramos os conhecimentos e os modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Finalmente, sob a categoria **Lugares** estão espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas, como mercados, feiras, santuários e praças.

4.1.1 Celebrações



Festas Religiosas - as populares quermesses são homenagens aos santos padroeiros e continuam no calendário local. As festas do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora dos Navegantes, com missa e procissão são belos exemplos. As procissões, por terra ou por mar, são organizadas pelos festeiros, com o envolvimento da comunidade. Nas festas Juninas, João, Pedro e Antônio são os santos homenageados, principalmente pela comunidade descendente de portugueses. Atualmente as festas juninas em Bombinhas são geralmente realizadas pela rede de ensino, com características didático-culturais e o objetivo de arrecadar fundos para investimentos nas escolas. Nelas, as principais atrações são a dança da quadrilha, o casamento caipira e a dança do pau-de-fitas.

4.1.2 Formas de expressão

Boi de mamão: mistura de dança e auto, o boi de mamão é um folguedo constantemente referido em todo o litoral de Santa Catarina, sendo por vezes classificado como a principal manifestação cultural de origem portuguesa no estado. Encontrado em quase todo o litoral, e mesmo no interior do estado, apresenta peculiaridades relacionadas às características do lugar onde é encenado e também à época, podendo ser observada a introdução de novos elementos ao longo do tempo. A descrição mais antiga

dessa brincadeira no estado, segundo Soares (1979), foi feita pelo historiador José Arthur Boiteux, na então Desterro, em 1871.



O Boi-de-Mamão é um folguedo encontrado em várias partes do país, onde recebe diferentes nomes, como "Bumba meu boi", "Boi-bumbá" e "Boi-de-reis", envolvendo dança e cantoria em torno do tema épico da morte e ressurreição do boi. A brincadeira consiste na ação de diversos personagens que seguem um enredo, acompanhados por instrumentistas (pandeiro, violão e cavaquinho) e um cantor que narra a estória.

Os personagens são confeccionados com materiais diversos, tecidos, papel, arame, madeira e outros. A brincadeira era conhecida antigamente em nosso litoral, como "Boi de pano" ou boi de pau". O nome de Boi-de-mamão teria surgido em certa ocasião em que, na pressa de confeccionar a alegoria, os brincantes acabaram utilizando um mamão verde para fazer a cabeça do boi. De acordo com as narrativas, antigamente o folguedo acontecia nas localidades envolvendo toda a comunidade e configurando verdadeiras festas. Mesmo aqueles que não participavam mais ativamente, contribuíam com algum dinheiro ao passar dos brincantes.

Embora já não se apresente como prática comunitária corrente, as encenações do boi-de-mamão são bastante apreciadas pela população em geral. Atualmente a sua realização é restrita a apresentações de escolas ou grupos folclóricos em datas comemorativas, eventos e receptivo de turistas.

A literatura sobre o Boi-de-mamão aponta para um mosaico a indicar não uma origem, mas diversas. Alguns remetem seu legado unicamente à origem portuguesa, outros, valorizam a possível participação da cultura negra. Estudos como o de Gonçalves (2009) acrescentam a discussão acerca do significado da manifestação em relação às estruturas sociais, relações hierarquizadas e transformações da realidade. Há que ser investigada, portanto, a atual configuração dessa manifestação em Bombinhas, os significados a ela atribuídos pelos seus protagonistas e a sua relevância na constituição da identidade de grupos sociais.

Pau-de-Fitas - dança que parece estar ligada à antiga comemoração da floração das árvores. É dançada em pares soltos, independentes ou coletivos e em número de pares múltiplos de quatro (8, 12 ou 16 pares). Um mestre-sala leva o pau-de-fitas até o centro da roda, onde permanece durante toda a dança. Na coreografia os pares seguram as fitas, que são trançadas e destrançadas, de forma caprichosa conforme o embalo musical. Antigamente os grupos iam de casa em casa dançando o pau-de-fitas. Nos dias atuais pode ser apreciada em manifestações típicas, em especial nas festas juninas da comunidade.

Terno de Reis: remetendo à visita dos Três Reis Magos ao Menino Jesus, o Terno de Reis, consiste em um grupo de pessoas que caminha de casa em casa, cantando versos à porta de cada uma delas, acompanhados por instrumentistas (em geral violão e rabeca). Em agradecimento, a família oferece o que comer e beber ou alguns "réis". A cantoria só cessa por alguns momentos durante a refeição, após o que, recomeçam a cantar, agradecendo a acolhida. Essa tradição está praticamente desaparecida, restando poucos cantadores. Grupos folclóricos ainda podem ser encontrados e participam de eventos na cidade.

Boi-de-Campo - É atualmente a brincadeira mais polêmica do litoral catarinense. Reconhecida desde o balneário Gaivota até Itapoá, esta prática, na qual o boi é a figura principal, passa de geração em geração há pelo menos 230 anos. A brincadeira pretende mostrar o respeito e a admiração por este animal, que tanto contribuiu ao homem como força de trabalho e alimentação. Mesmo assim, muitas pessoas discordam do evento. Os antigos moradores das cidades litorâneas de Santa Catarina a chamavam de "brincadeira de boi bravo", boi-de-campo ou boi-de-vara. Nos últimos 30 anos tornou-se conhecida por farra-do-boi. A tradição oral de Bombinhas conta que antigamente eram trazidas tropas de bois e as pessoas mais experientes escolhiam o animal, soltando-o para as brincadeiras, durante a Semana Santa. Os participantes emaranhavam-se na mata atrás do boi, provocando-o, de tal forma que virava literalmente uma farra-do-boi.

Pão-por-Deus - Brincadeira herdada dos descendentes açorianos, cuja finalidade era pedir a alguém uma prova de amor e de amizade. As pessoas faziam um coração de papel recortado, que continha um versinho e o enviavam, com um presente ou um bolo confeitado em forma de coração, sendo gentilmente correspondidas.

Pasquim - De acordo com o Dicionário Aurélio, pasquim é uma sátira afixada em lugares públicos, um jornal ou panfleto difamador. O pasquim foi e continua sendo um dos meios de comunicação apócrifos, de descendência açoriana, de grande beleza e criatividade. Eram manuscritos, em forma de versos, colocados em bares e vendas, ou debaixo das portas das residências, sempre que um assunto, "fofoca", envolvesse alguém da comunidade. Os boatos e gozações espalhavam-se rapidamente, sem identificação dos autores, para desespero dos envolvidos, que poderiam ser bem ou mal falados.

4.1.3 Lugares

Em Bombinhas, alguns Lugares se destacam pelas práticas e representações a eles associados. Congregando diferentes comunidades, mais amplas ou restritas, todos eles fazem referência à memória e identidades, permanecendo associados a práticas que caracterizam uma cultura "viva", além dos contextos culturais que lhe conferem significado. Entre eles a Capela Nossa Senhora da Imaculada Conceição, localizada no Morro do Cemitério, fundada em 1928 e que serviu à comunidade até 1970, os engenhos de farinha, que reuniam atividade produtiva e de lazer, e os ranchos de pesca.

Zimbros e a ARIE

Abrigando pesca, maricultura, modo de vida tradicional, conservação ambiental e turismo, Zimbros é um bairro singular. Reúne as principais atividades econômicas do município, características históricas e tendências contemporâneas. A comunidade tradicional guarda um patrimônio intangível entre práticas e saberes e território. O sentimento de pertença e a valorização de seus aspectos históricos e estéticos, fazem do bairro, e da Costeira de Zimbros, em particular, um *Lugar* de referência para a comunidade.

Neste cenário, o caminho histórico a as praias se destacam, acionando memórias, estabelecendo vínculos com o passado, constituindo a identidade do grupo. Segundo os entrevistados, ao longo do caminho que atravessava a Costeira levando até o município de Tijucas, a vida comunitária se orientava, moradias, trabalho, práticas sociais e religiosas.

4.1.4 Saberes

Benzeduras: entre as práticas de cura, em que se destacam as benzedoras, operando com rezas e ervas destinadas a combater males de ordem física e psíquica. Prática corrente em várias comunidades, só no

foram identificadas benzeduras para moléstias diversas, inclusive provenientes, acreditam, de Embruxamento e Mau olhado.

Relacionadas, por um lado, a um universo mágico, de crenças, por outro, essas práticas se associam à conhecimentos seculares, empíricos, fruto de observação e de experiência com o manejo de recursos naturais locais. Herança indígena e de outras culturas formadoras, os ritos de cura contam com ervas encontradas na região, como arruda, guine, alho, levante, palma de São Jorge, além de alguns produtos processados a partir deles, como o azeite doce.

Confecção de balaios, tipiti e de cordas de cipó: de caráter utilitário, a confecção tradicional de balaios e cordas desempenhou um papel relevante tanto nas fainas da pesca quanto na agricultura no decorrer dos anos. Fabricado a partir de materiais como o cipó vermelho e taquara mansa, coletados na região, sua confecção exige saberes específicos, como a época ideal para extração das matérias primas, tratamento das mesmas e técnicas de produção. Em diferentes localidades do município ainda podem ser encontrados indivíduos detentores desses conhecimentos, usualmente transmitidos de pai para filho, embora a produção tenha decaído fortemente.

a confecção de balaios, tipiti e outros artefatos em fibras naturais também eram comuns, associados ao trabalho nas roças, engenho e pesca. Atualmente não são encontrados artesões em atividade, embora ainda sejam conhecidas as técnicas.

Fabricação da farinha de mandioca: durante séculos principal produto de exportação de Santa Catarina, a importância da farinha tem sua origem comumente associada ao encontro entre modos de produção portugueses, em especial o moinho, e as técnicas de aproveitamento da mandioca desenvolvidas pelas populações autóctones da região. Inserida no contexto das trocas comerciais interprovinciais do Brasil Colônia e imperial, foi durante muito tempo importante presença na alimentação de populações de variadas regiões do país, além de importante produto de exportação. Com sua produção espalhada por todo o litoral, principalmente através de engenhos movidos a tração animal, a mandioca é um dos mais importantes produtos na formação cultural catarinense.

A ocorrência de roças para a plantação da mandioca foi, durante muito tempo, importante fator de modificação da paisagem, através da ocupação de áreas antes devolutas. Com o progressivo abandono das atividades agrícolas, a produção de farinha enfraquece. A perda das propriedades - decorrente do deslocamento das comunidades, da venda das terras e do processo de urbanização - e a desvalorização da produção artesanal, concorreram para a decadência da atividade.

Hoje o município tem 15 engenhos, sendo 8 deles em funcionamento, de propriedade de nativos (famílias), fazendo pelo menos uma farinhada por ano.

As técnicas de fabricação da farinha, assim como aparelhos - ralador, prensa, forno etc., e utensílios utilizados no processo, ainda são conhecidas no lugar, remetendo ao percurso histórico da comunidade associado à atividade. Constituem, assim, parte do patrimônio cultural local. No entanto, a falta de transmissão de conhecimentos a ela relacionados, preconiza a perda desse referencial.



Confecção de cerâmica tradicional: também com fins utilitários, a produção de cerâmica tradicional pode ser encontrada, em todo o litoral de Santa Catarina. Presente entre tradições culturais de imigrantes europeus, populações de origem africana e comunidades indígenas, é comumente associada às atividades domésticas. Em Bombinhas podem ser encontrados detentores de técnicas tradicionais, de confecção sem torno, embora essa produção já não tenha fins utilitários e sim decorativos.

Técnicas de edificação tradicionais - pau-a-pique: as edificações onde funcionavam os engenhos, assim como muitas das habitações, eram feitos com barro, madeira e bambu. A técnica de construção, referida pelos moradores como *pau-a-pique*, não é mais utilizada, no entanto, segundo relatos da comunidade, ainda podem ser encontrados detentores desse conhecimento capazes de descrevê-la. Ainda que não nos tenha sido possível identificar se a memória existente permite a reprodução do processo de edificação, a sua forte presença pode indicar a existência de informações relevantes para registro da técnica.

Canoa de um pau só - feitas, como o próprio nome diz, de um único tronco de árvore, geralmente madeira de guarapuvú. Há no município uma canoa de um pau só de cerca de 170 anos, pertencente ao Sr. Adrião (Naro) Pinheiro, na praia da Sepultura.



Artes da pesca - constituem *Artes de pesca* todos os instrumentos e métodos que permitem a captura de peixe, moluscos ou crustáceos.

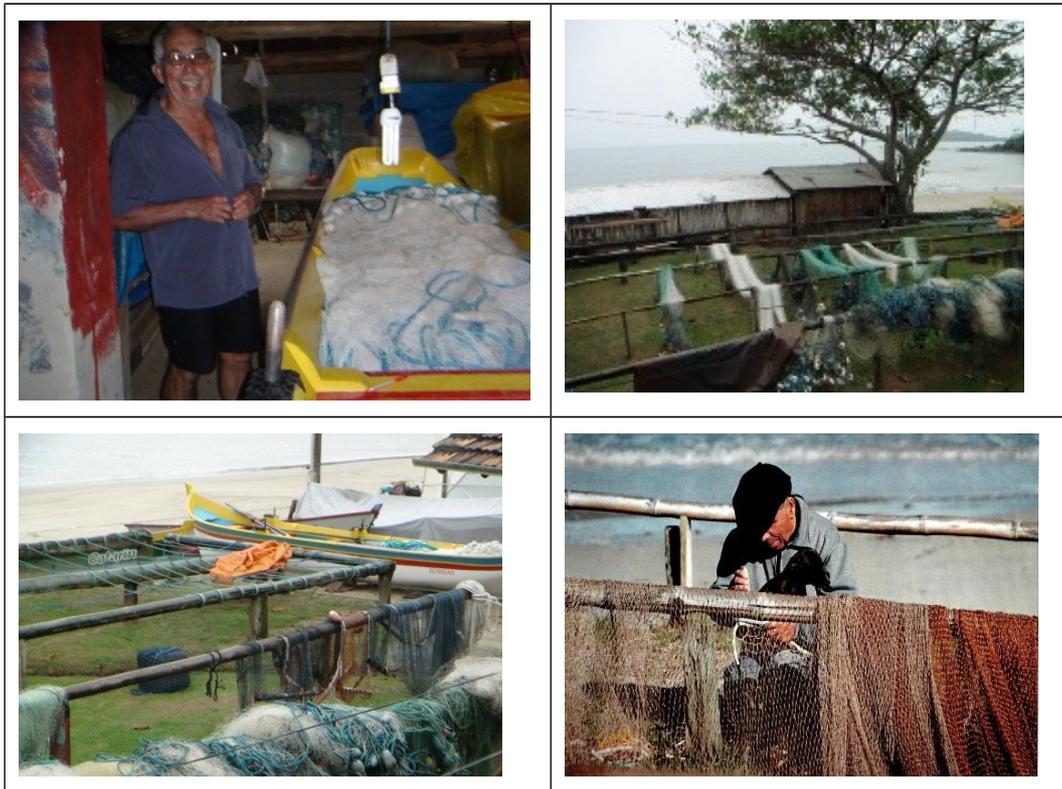
A pesca artesanal é uma importante atividade econômica do município, que possui 3 núcleos de pescadores, localizados em Bombas, Zimbros e Canto Grande. Atualmente, a designação pesca artesanal já não é empregada apenas para economia de subsistência (por grupos familiares e/ou pequenas comunidades), mas abrange também a pesca com objetivos comerciais, praticada por embarcações de pequeno e médio porte.

A pesca artesanal apresenta características bastante diversificadas, seja em relação aos diferentes meios explorados, aos estoques pesqueiros ou às técnicas de pesca utilizadas. A complexidade das pescarias comporta diversas artes de pescas artesanais. Segundo Gamba (1994)⁸, "um fator adicional de complexidade nesta categoria de pesca são os diferentes tipos de usuários, com diferentes estratégias e conhecimentos de pesca, bem como diferentes comportamentos sobre os locais e espécies frente aos recursos e ao ambiente".

Assim, a pesca artesanal envolve conjuntos de conhecimentos específicos, desenvolvidos ao longo do tempo, na relação dos grupos com seus ambientes. As artes da pesca constituem, por conseguinte, em cada localidade ou grupo, um conjunto de instrumentos, técnicas, estratégias e conhecimentos decorrentes de seu emprego em um determinado território.

O artefato que melhor simboliza os saberes relacionados à pesca é a *rede*, uma vez que constitui o principal petrecho. De acordo com a região o mesmo tipo de rede pode receber diferentes nomes.

⁸ Gamba, Manoel da Rocha. Itajaí-SC, 1994



As redes são confeccionadas com diferentes tramas, maiores ou menores, adequadas às espécies que se pretende capturar. Assim, malhas de trama mais aberta são utilizadas na pesca da corvina e cação e malhas menores, ou mais fechadas, na pesca do camarão. Embora as redes artesanais, produzidas a partir de fios naturais, tenham sido substituídas por redes industrializadas, fabricadas em nylon, as técnicas de confecção ainda são dominadas, permitindo a reprodução desse conhecimento.

Nas localidades pesqueiras, é comum ver redes de pesca estendidas nos pátios das casas e submetidas a pequenos consertos. Os conhecimentos envolvidos na atividade dão suporte à pesca, envolvem indivíduos que já não participam da pescaria por falta de condições físicas e possibilitam a produção de peças menores, destinadas a comércio, além de agulhas em madeira e outros acessórios.

As Artes da pesca em Zimbros

A pesca artesanal é a principal característica da localidade de Zimbros e junto da qual tem se desenvolvido a maricultura. Referidos, dentro e fora da comunidade, como detentores de profundo conhecimento sobre as artes da pesca, transmitidos às novas gerações através de práticas e de memória oral, os membros desta comunidade têm na atividade importante referencial identitário, envolvendo homens e mulheres.

Desde técnicas de confecção de aparelhos e utensílios empregados nas lidas da pesca, passando por modos de organização e divisão do trabalho, desenvolvimento de habilidades específicas, até a construção de todo um repertório de representações acerca da atividade, encontramos aí um amplo campo para inventário. O levantamento e registro de saberes, dizeres e fazeres relativos à pesca, ao sistematizar as práticas e o conhecimento acumulado, passa a constituir um arcabouço de informações para uma compreensão mais profunda da cultura local, a ser disponibilizada para pesquisas diversas e para usufruto da própria comunidade.

Por ser este um dos bens culturais intangíveis mais significativos da comunidade e também por seu potencial em termos de desenvolvimento econômico local, buscamos caracterizar as *Artes da pesca* na comunidade de Zimbros através de entrevistas com pescadores locais.

A economia de subsistência que caracterizou a ocupação do litoral catarinense, conjugou as atividades agrícolas e pesqueiras. Em Zimbros, a comunidade tradicional habitava a área da Costeira, em que hoje se localiza a ARIE, e se dedicava à produção agrícola, extração de madeira e pesca. Por volta dos anos 60, quando a lavoura começa ser abandonada, a pesca assume papel preponderante na economia local, dando lugar à transformações no cenário. As famílias buscam se localizar de forma mais estratégica, deslocando a Vila para a parte baixa das terras, facilitando o acesso ao mar.



A dedicação exclusiva às atividades de pesca permitiu a produção de um excedente para comercialização e os resultados obtidos, um investimento na qualificação dos meios de produção e desenvolvimento de métodos e técnicas de captura. Assim, desenvolveram também um estaleiro para consertos e produção de novas embarcações, voltadas para a captura do camarão e de espécies de ocorrência sazonal na costa mais próxima. A pesca do camarão é a mais importante na comunidade, iniciando em 15 junho e seguindo até final de fevereiro, quando começa o período de defeso.

5. A PAISAGEM CULTURAL



A paisagem cultural, como vimos anteriormente, refere mais que a ação objetiva do homem sobre um território, mas também significados a ele atribuídos e relação de pertencimento. Remete a atributos e bens, combinando aspectos biofísicos, culturais e estéticos (Saraiva,1999) num conjunto único e dinâmico. A sua gestão de seus recursos, portanto, requer uma visão panorâmica do espaço.

É nesse sentido, que este diagnóstico aponta, para além de fragmentos de patrimônio, a configuração de uma paisagem cultural que envolve a ARIE Costeira de Zimbros, em seu potencial e fragilidades.

Em região relativamente preservada, as praias e encostas são atrativos naturais do bairro do Zimbros. A presença da comunidade pesqueira e suas atividades tradicionais definem, em grande parte, a dimensão cultural da paisagem. Os sítios arqueológicos presentes na área agregam à paisagem novos atrativos e sentidos. Relacionadas entre si, e também com outros sítios já registrados na região, proporcionam o maior conhecimento da ocupação humana pretérita. Esse atrativo conjunto é, portanto, de interesse cultural, e econômico.

A ARIE Costeira de Zimbros veio compor esse cenário podendo constituir um importante fator de conciliação entre as atividades tradicionais, a conservação dos recursos e o desenvolvimento de um turismo qualificado. Na medida em que a presença da UC demanda a produção de conhecimento, não apenas dentro de seus limites mas também no entorno, a paisagem cultural passa a ganhar destaque e criam-se condições mais favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades.

A comunidade tradicional presente no bairro, como vimos, é detentora de um repositório de conhecimentos relativos ao território e às atividades ali desenvolvidas, que ensejam um patrimônio em si e fazem dela um protagonista privilegiado no processo de transformação do espaço e das relações com este. Vimos, também, que este território/comunidade assume também um *Lugar* no cenário cultural do município, construído a partir de elementos histórico-culturais em comum mas, sobretudo, a partir da diversidade. Assim, suas referências naturais e culturais específicas dão o *genius loci* ou "*espírito do lugar*".

Esse diferencial do lugar remete à paisagem termos de um universo também sensorial, ou seja, visto e sentido. A apreensão da forma como a paisagem é percebida pelos usuários em geral e pela população local, em particular, contribui para a sua gestão e qualificação.

Nesse campo, as preferências estéticas exercem um papel ambíguo, constituindo, por um lado, fator de atração para novos agentes e ocupações que podem representar ameaças, por outro, um instrumento a ser apropriado para a conservação e qualificação da paisagem.

Essas questões se tornam particularmente importantes em casos de ausência ou ineficácia de ações de salvaguarda de patrimônios por parte do poder público. Há que se considerar a fragilidade desse patrimônio cultural e a pressão advinda do processo de urbanização, de frentes econômicas e do crescimento da própria população, que representam fatores de risco a sua conservação.

Com o crescimento da cidade e desenvolvimento do turismo na região, o bairro passou a integrar, ainda que de forma, periférica, o mercado turístico do município. Pousadas e restaurantes recebem os turistas em busca das praias, trilhas e esportes náuticos na região. Concentrada nas temporadas de veraneio, essa demanda oferece oportunidades de renda complementar aos proprietários locais, que podem alugar imóveis e prestar serviços diversos. No entanto, estas podem representar também mais uma ameaça ao futuro das atividades tradicionais, além de sobrecarregar a infraestrutura urbana local.

Nesse contexto, o patrimônio, considerado em seu conjunto, pode tornar-se, nas mãos dos gestores e da população local, um instrumento de luta pela definição de políticas em nível local e regional para a preservação de recursos naturais, bens patrimoniais e do próprio modo de vida da comunidade tradicional, além de orientar o ordenamento da ocupação.

Programas de turismo sustentável encontram aí um destino ímpar, rico em belezas naturais e ofertas culturais. O turismo, aliado à políticas de estímulo à recuperação e desenvolvimento de atividades tradicionais podem contribuir para a geração de renda complementar na comunidade através do envolvimento de um contingente local que menos ocupado pela pesca: as mulheres. Hoje em grande parte despreparadas para o mercado de trabalho, elas são, por outro lado, figuras fundamentais na formação de valores da comunidade e, portanto, agentes privilegiados na construção de cenários futuros.



6. RECOMENDAÇÕES AO PLANO DE MANEJO

Diante do quadro apresentado sobre o patrimônio cultural imaterial presente na região de entorno da ARIE Costeira de Zimbros, algumas recomendações são feitas a seguir.

Para a elaboração do Plano de Manejo e Gestão da ARIE:

- Atuar junto à Prefeitura Municipal de Bombinhas no que refere à realização de projetos de gestão e proteção do Patrimônio Cultural registrado no município;
- Viabilizar a realização de pesquisa de cunho etnográfico visando o inventário e registro de bens de natureza imaterial presentes na região de entorno da ARIE;
- Viabilizar, a curto prazo, a realização de oficinas para elaboração de uma cartografia social da comunidade de Zimbros, de modo a identificar usos de espaços e recursos, em tempos passados e presente, na área da UC e entorno, visando o registro histórico e subsídio para o planejamento de atividades econômicas e culturais;
- Implantar um Programa de Educação Patrimonial junto a comunidade do entorno da UC visando capacitá-los acerca da necessidade da preservação do patrimônio identificado na área;
- Desenvolver um Programa de Educação Patrimonial junto à população da área de entorno da UC - de segunda residência e permanente, Conselho Gestor e técnicos da Fundação Municipal de Cultura, visando informar e sensibilizar acerca da preservação do patrimônio cultural de natureza imaterial identificado;
- Implantar um Programa de Capacitação, voltado prioritariamente aos membros da comunidade de Zimbros, visando a sua atuação em programações culturais, visitação orientada etc;
- Estudar formas de integração da comunidade de Zimbros às rotas de turismo cultural;
- Atuar junto à Fundação Municipal de Cultura do município visando o apoio à realização de projetos de gestão e proteção do patrimônio imaterial;
- Criar um corpo de consultores/assessores externos para avaliar e subsidiar as ações envolvendo quaisquer impactos sobre a comunidade tradicional, contando com a participação de um antropólogo;

- Avaliar o potencial da ARIE para concorrer ao Registro no Livro de Lugares e à chancela de Paisagem Cultural junto ao IPHAN;

Para a Prefeitura Municipal:

- Adotar medidas de proteção e gestão do Patrimônio Cultural existente no município de Bombinhas;
- Desenvolver parcerias entre a Secretaria de Educação e ONGs, Associações e outras instituições locais para o desenvolvimento de projetos conjuntos voltados à Educação patrimonial;
- Contar com um profissional Antropólogo no quadro de servidores municipais para atuar na gestão do patrimônio identificado por este e outros diagnósticos;
- Elaborar uma Cartografia Social do município, com localização georreferenciada, de modo a criar um instrumento de gestão articulado do espaço e patrimônio cultural presente em Bombinhas;
- Viabilizar a realização de pesquisas científicas visando o registro e permanência de práticas e saberes tradicionais em desaparecimento ou cujos suportes ainda podem ser recuperados a partir do capital social local;
- Elaborar e executar programas visando o estímulo à manutenção das atividades artesanais tradicionais;
- Propor a definição da área de ocupação tradicional em Zimbros no Plano Diretor do município;
- Buscar parcerias com instituições de ensino superior para a realização de estudos, de forma a facilitar a produção de conhecimentos sobre a ARIE e contribuir para a formação de novos pesquisadores e subsidiar a gestão da UC;
- Dotar o bairro de Zimbros de infraestrutura para o desenvolvimento articulado de atividades tradicionais e turísticas;

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico do Patrimônio Cultural do município de Bombinhas teve por objetivo subsidiar a elaboração de plano de manejo para a ARIE Costeira de Zimbros. Deste modo, não deve ser entendido um retrato fiel dos bens culturais presentes no município mas, antes, um levantamento que busca identificar manifestações culturais de natureza imaterial a partir da literatura e de indícios encontrados em trabalhos de campo, evidenciando o potencial aí existente.

Este patrimônio remete à dimensões materiais e suas interfaces, podendo ser observados também através de manifestações culturais eventuais e práticas cotidianas. Alguns só são desvelados a partir de observações mais atentas e sistemáticas, requerendo, portanto, o aprofundamento do que aqui foi apontado.

Neste Diagnóstico apresentamos e discutimos o povoamento pretérito da área da Costeira de Zimbros, como, de forma geral, da Península de Porto Belo, destacando que a valorização e conservação da cultura viva dependem de pesquisas de caráter científico, acompanhamento sistemático e da participação dos população local para a sua gestão.

A realização de estudos aprofundados sobre o patrimônio cultural imaterial, utilizando etnografia, técnicas de história oral e cartografia social são fundamentais para ampliar o quadro dos bens culturais, tais como: diferentes formas de uso do espaço, de conhecimento da natureza e de seus ciclos e, ainda, avaliar os possíveis impactos de empreendimentos sobre o modo de vida local.

As artes da pesca constituem um saber intimamente relacionado à identidade da comunidade de Zimbros, demonstrando potencial de informação relevante para o manejo de recursos na área e, ainda, para a consideração em projetos culturais.

Quanto à paisagem cultural, categoria que abrange todas as áreas naturais protegidas⁹ do município, outras unidades de conservação instituídas devem ser também investigadas e consideradas em um plano de gestão municipal articulado.

No Bairro de Zimbros, paisagem cultural singular se constitui a partir dos bens identificados, seja pelos vestígios de cultura material pré-colonial lá existentes, pelo marco que representa em relação a um período caracterizado pela economia baseada no extrativismo e lavoura de subsistência ou pelo modo de vida tradicional, indissociável do território ocupado. O território, a partir de uma lógica tradicional, é pensado como terra de trabalho e de moradia. Nestes termos, é compartilhado em uma perspectiva comunal. Além disso, diversos elementos, entre práticas e representações, apontam para a caracterização da ARIE como o espaço mais significativo para a memória da comunidade, merecendo investigação com vistas ao seu cadastro no Livro de Registro de Lugares do IPHAN.

A partir da articulação das pesquisas desenvolvidas no âmbito deste projeto deverá se desenhar, de forma mais precisa, a paisagem cultural que envolve a ARIE Costeira de Zimbros. Nessa oportunidade, se propõe avaliar o potencial da mesma para concorrer à chancela de Paisagem Cultural junto ao IPHAN.

Os bens identificados devem ser objeto de uma política de salvaguarda urgente, observado o caráter singular de cada um deles, tendo em vista a fragilidade das condições em que se encontram. A proteção deste patrimônio se impõe não somente em nível local, mas também em nível estadual e federal, visto que contam parte da história da ocupação dos territórios catarinense e brasileiro.

Destacamos que comunidades tradicionais do litoral do Estado vêm se transformando de comunidades de agricultores e pescadores para prestadores de serviços, em muitos casos informais e sem qualificação. A desarticulação do modo de vida e o deslocamento em relação aos territórios tradicionais se apresentam como razões fundamentais para a dissolução do patrimônio cultural que tem aí seu suporte. Essa contexto demanda, portanto, atenção às políticas governamentais de salvaguarda de patrimônio, de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais e esforço das instituições locais para a criação de estratégias para a sua implementação.

O patrimônio aqui identificado, apoiado em legislação específica, constitui um fim em si, mas também ferramenta importante para a consecução dos objetivos da UC e incremento das condições de vida da comunidade tradicional e envolvente.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Santa Catarina – Caixa 13 Documento 69. Mapa das Freguesias que tem a Ilha de Santa Catarina e seu continente, distinguindo os eclesiásticos, os militares, os civis e os casais das Ilhas. Desterro, 1750.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387. Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, D. Antonio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referente a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. Desterro, 1797.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório da Diretoria Geral de Estatística, dirigido ao Ministro dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, por Jose Maria do Couto, diretor geral interino, em abril de 1873 [sobre 1872]. Rio de Janeiro, 1873.

⁹ Conforme a Resolução n. 011 do CONAMA de 03/12/87. (Pereira & Ferreira, s/d:220)

COMERLATO, F. **Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: Um Estudo Através da Arqueologia Histórica**. Dissertação em História, concentração em Arqueologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1998.

_____. **Delimitação do sítio Sambaqui da Rua 13** – Praia de Bombas, Bombinhas, SC. Florianópolis, mar. 1999.

DE MASI, M. A. N. **Levantamento e Contextualização do Patrimônio Arqueológico da Ilha João Cunha e sua Relação com Empreendimento Hoteleiro Proposto**. Nov. 2007.

FOSSARI, T. D. Arqueologia e História das populações do Brasil pré-colonial. In: FARIAS, D. S. E. de (org.). **Maracajá: Pré-História e Arqueologia**. Tubarão/SC: Unisul, 2005.

KOHL, D. H. B. **Porto Belo: sua história, sua gente**. Blumenau: Odorizzi, 2001.

LAVINA, R. **Resgate Arqueológico do Sambaqui da Rua 13**, Bombas – Bombinhas/SC: Portaria IPHAN nº 151 de 13 de julho de 2005. 1º Relatório Parcial. Criciúma/SC: UNESCO/IPAT, 2005.

LIMA, P. N. P. **Diagnóstico Arqueológico – Rua do Papagaio nº 161**, Bombinhas – SC. Florianópolis, mai. 2003.

LIMA, Livia Morais Garcia; SIMSON, Olga Rodrigues von. Turismo e Idosos: o patrimônio imaterial como fator de atração para o turismo cultural no espaço rural. **Turismo em Análise**. São Paulo, Vol. 21, n. 3, p. 517-538, dez. 2010. p. 524.

MENESES, U. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**. USP, São Paulo, n. 15, p. 103-117, 1983.

_____. Identidade cultural e arqueologia: valorização do patrimônio arqueológico brasileiro. In: BOSI, A. (org). **Cultura Brasileira – Temas e Situações**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 182-190.

MONTARDO, D. L.; AMARAL, M. M. V. & SILVA, O. P. Levantamento Arqueológico das margens da BR-101 – Trecho Garuva-SC (Km 0,0)/Palhoça-SC (Km 216,5). **Relatório de Pesquisa**. Florianópolis: UFSC, 1996.

ROHR, J. A Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e Ilhas adjacentes. **Pesquisas**, Série Antropologia, São Leopoldo, 19, 1969.

_____. A pré-história da Laguna. In: **Santo António dos Anjos da Laguna: Seus valores históricos e humanos**. Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de fundação. Laguna: IOESC, 1976. p. 13-49.

_____. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. **Anais do Museu de Antropologia**. Nº 17. Florianópolis: UFSC, 1984.